

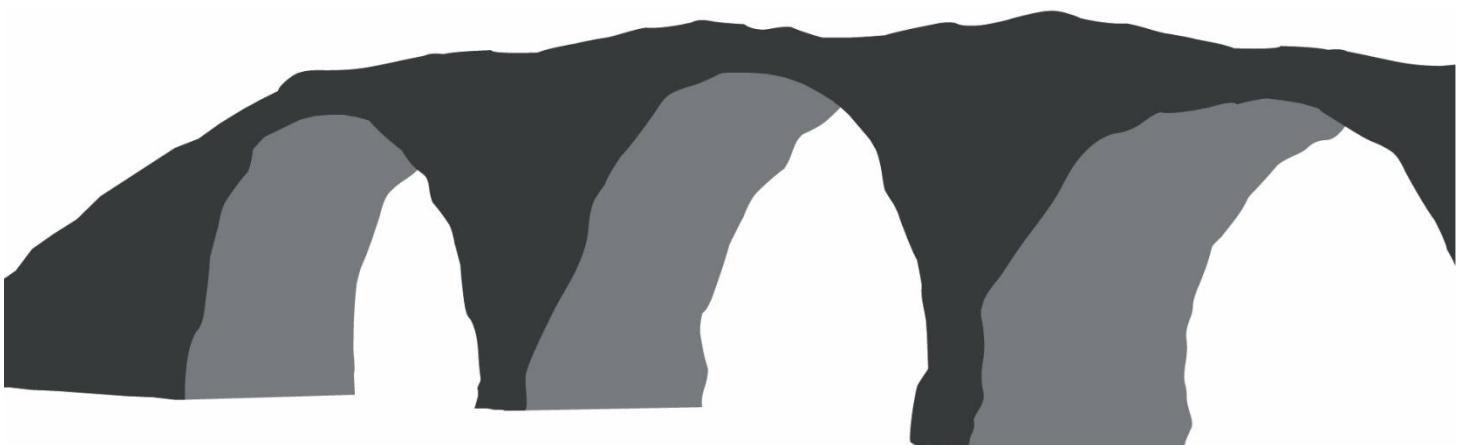
**A MÚLTIPLA OCUPAÇÃO HUMANA NA ZONA MAIS ESTREITA DO RIO
AMAZONAS: A HISTÓRIA DE ÓBIDOS E O APAGAMENTO DAS
COLETIVIDADES INDÍGENAS E AFRICANAS NA CONSTITUIÇÃO SOCIAL
DA CIDADE**

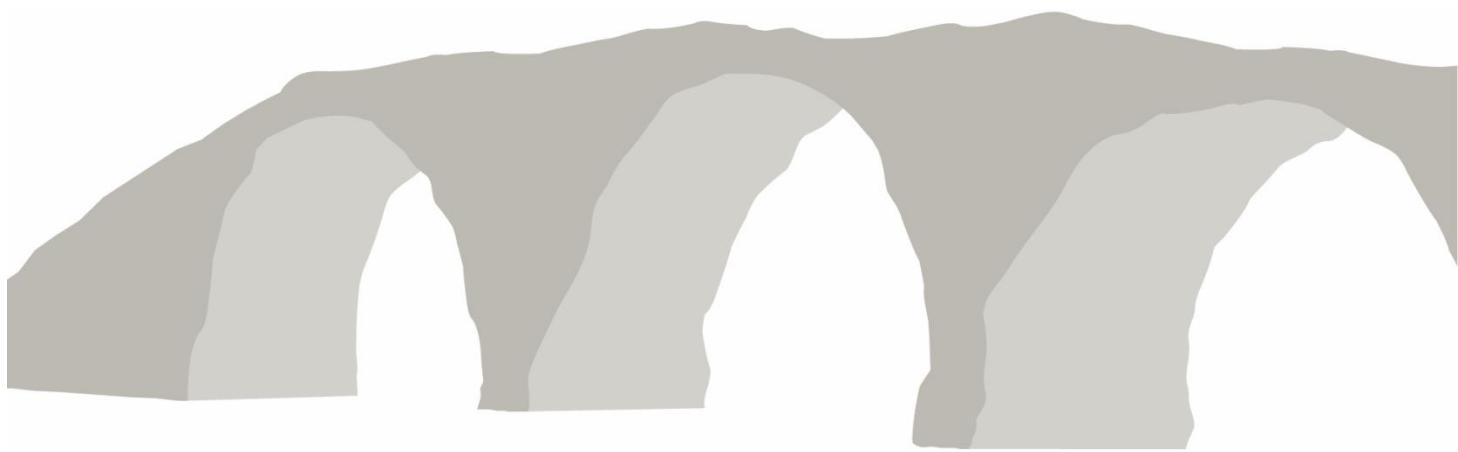
**LA MÚLTIPLE OCUPACIÓN HUMANA EN LA ZONA MÁS ESTRECHA DEL
RÍO AMAZONAS: LA HISTORIA DE ÓBIDOS Y LA INVISIBILIZACIÓN DE
LOS COLECTIVOS INDÍGENAS Y AFRICANOS EN LA CONSTITUCIÓN
SOCIAL DE LA CIUDAD**

**MULTIPLE HUMAN OCCUPATION IN THE NARROWEST AREA OF THE
AMAZON RIVER: THE HISTORY OF ÓBIDOS AND THE INVISIBILIZATION
OF INDIGENOUS AND AFRICAN COLLECTIVES IN THE SOCIAL
CONSTITUTION OF THE CITY**

Sabrina Fernandes dos Santos Hazar

Camilo de Mello Vasconcellos





Submetido em 07/12/2024.

Revisado em: 27/05/2025.

Aceito em: 02/06/2025.

Publicado em 30/07/2025.

A MÚLTIPLA OCUPAÇÃO HUMANA NA ZONA MAIS ESTREITA DO RIO AMAZONAS: A HISTÓRIA DE ÓBIDOS E O APAGAMENTO DAS COLETIVIDADES INDÍGENAS E AFRICANAS NA CONSTITUIÇÃO SOCIAL DA CIDADE

LA MÚLTIPLE OCUPACIÓN HUMANA EN LA ZONA MÁS ESTRECHA DEL RÍO AMAZONAS: LA HISTORIA DE ÓBIDOS Y LA INVISIBILIZACIÓN DE LOS COLECTIVOS INDÍGENAS Y AFRICANOS EN LA CONSTITUCIÓN SOCIAL DE LA CIUDAD

MULTIPLE HUMAN OCCUPATION IN THE NARROWEST AREA OF THE AMAZON RIVER: THE HISTORY OF ÓBIDOS AND THE INVISIBILIZATION OF INDIGENOUS AND AFRICAN COLLECTIVES IN THE SOCIAL CONSTITUTION OF THE CITY

Sabrina Fernandes dos Santos Hazar¹

Camilo de Mello Vasconcellos²

RESUMO

O artigo tem por objetivo compartilhar alguns dos resultados obtidos pelas atuais pesquisas arqueológicas que estão sendo desenvolvidas na cidade de Óbidos, região do Baixo Amazonas, no estado do Pará. O foco da análise é discutir a constituição histórica do município que exclui a agência das populações indígenas e africanas na consolidação, manutenção e ocupação do território desde o início do período colonial brasileiro. A partir da leitura e interpretação das fontes históricas documentais escritas sobre Óbidos, incluindo os trabalhos desenvolvidos em arqueologia *versus* a historiografia local produzida, propõe-se que os grupos sociais que tiveram seu protagonismo apagado nos escritos históricos oficiais da cidade tenham suas memórias, narrativas, temporalidades, historicidades e patrimônios colocados em foco na escrita de uma história obidense atual e plural. O viés de uma Arqueologia da Memória, focada nas populações contemporâneas, ética e socialmente engajada, guiada por um olhar decolonial, é a base teórica utilizada na escrita deste artigo.

Palavras-chave: Arqueologia decolonial, História indígena e africana, Baixo Amazonas (Pará).

¹ Universidade de São Paulo, Programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Brasil. E-mail: sabrinafssantos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2772-2260>.

² Universidade de São Paulo, Programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Brasil. E-mail: cmvasco@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1158-5406>.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo compartir algunos de los resultados obtenidos por las investigaciones arqueológicas actualmente en desarrollo en la ciudad de Óbidos, región del Bajo Amazonas, en el estado de Pará. El enfoque de análisis es discutir la constitución histórica del municipio que excluye la agencia de las poblaciones indígenas y africanas en la consolidación, mantenimiento y ocupación del territorio desde el inicio del período colonial brasileño. A partir de la lectura e interpretación de fuentes documentales escritas sobre Óbidos -incluidos los trabajos desarrollados en arqueología en contraste con la historiografía local producida- se propone que los grupos sociales cuyo protagonismo fue borrado de los escritos históricos oficiales de la ciudad, tengan sus memorias, narrativas, temporalidades, historicidades y patrimonios puestos en foco en la construcción de una historia obidense actual y plural. Una Arqueología de la Memoria, centrada en las poblaciones contemporáneas, ética y socialmente comprometida, guiada por una mirada decolonial, constituye la base teórica utilizada en la escritura de este artículo.

Palabras clave: Arqueología decolonial, Historia indígena y africana, Bajo Amazonas (Pará).

ABSTRACT

This article aims to share some of the results obtained from ongoing archaeological research being conducted in the city of Óbidos, located in the Lower Amazon region of the state of Pará, Brazil. The focus of the analysis is to discuss the historical formation of the municipality, which has excluded the agency of Indigenous and African populations in the consolidation, maintenance, and occupation of the territory since the beginning of the Brazilian colonial period. Drawing on the reading and interpretation of written documentary sources about Óbidos—including archaeological research in contrast to locally produced historiography—the article proposes that social groups whose protagonism has been erased in the city's official historical narratives have their memories, narratives, temporalities, historicities, and heritage brought to the forefront in the writing of a contemporary and plural history of Óbidos. The theoretical foundation of this article lies in the framework of a Memory Archaeology, centered on contemporary populations, ethically and socially engaged, and guided by a decolonial perspective.

Keywords: Decolonial archaeology, Indigenous and African history, Lower Amazon (Pará).

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DO TEMA

Óbidos é uma cidade localizada na margem esquerda do rio Amazonas e está inserida no conjunto de 19 municípios que formam o Oeste do Pará, com aproximadamente 505.446,49 quilômetros quadrados e uma população estimada de 888.073 moradores de acordo com o censo de 2010. Existem duas outras subdivisões para esse grande território, são elas: o Baixo Amazonas, com as cidades de Óbidos e Santarém, que apresentam os processos mais antigos de colonização que datam do século XVIII, precisamente a partir de 1758; e a porção Tapajós, que tem cidades com processos de formação mais recentes, já nas décadas de 1980 até 1991 no século XX (Barros, 2023).

Óbidos é considerada uma das cidades mais portuguesas da Amazônia brasileira, conforme afirmam os moradores locais e notícias veiculadas em jornais (Figura 1).



Óbidos respira história, por isso conversamos com o historiador professor Carlos Augusto Vieira, que falou sobre a história da cidade.

Figura 1. Reportagem veiculada no site de notícias “Portal Amazônia” (2022).

Pode-se dizer que existem duas características específicas que estão relacionadas a Óbidos. A primeira é a sua localização geográfica na zona mais estreita do rio Amazonas, em sua margem esquerda, que segundo a

historiografia oficial, foi o motivo da construção do Forte Pauxis, construído em 1697 que deu origem à cidade. A segunda característica se refere à arquitetura colonial das edificações que, desde meados do século XIX, sofreu poucas modificações (Figura 2). Segundo Derenji (1997), não se pode afirmar como eram as casas construídas em Óbidos no século XVIII. Contudo, no século XIX, acompanhando a construção do novo complexo militar, várias casas e sobrados foram construídos com uma repetição de técnicas construtivas, talvez por falta de mão de obra ou por uma certa intencionalidade em manter vínculo com o passado colonial português.



Figura 2. Na imagem é possível observar as características da arquitetura portuguesa nas edificações. Fotografia da autora (2022).

O presente artigo visa refletir sobre a escrita do passado referente à cidade de Óbidos *versus* a produção arqueológica e documentos históricos feitos sobre o município, vislumbrando o impacto que essas produções têm na cultura material obidense e como isso influencia na forma com que os artefatos são fruídos por diferentes grupos sociais. A discussão também foca em como a Arqueologia pode contribuir para a criação de histórias plurais sobre a cidade que enfatizem a agência ancestral do atual território obidense pelas populações indígenas e africanas. O período de análise corresponde aos séculos XVI até XIX.

Os métodos de pesquisa são fundamentados na análise de documentos históricos (Lopes, 2021) e na literatura quinhentista (Scopelly, 2016), além da consulta à produção bibliográfica arqueológica referente ao Baixo Amazonas, com foco na cidade de Óbidos. As categorias de análise focaram em identificar a agência indígena e africana sobre a construção, ocupação e manutenção do território obidense, incluindo as atividades mercantis.

É pertinente ressaltar que as fontes históricas aqui utilizadas refletem as ideias da época em que foram escritas. Porém, é possível obter diversas informações importantes sobre as populações ameríndias, como padrões de assentamento, descrições de objetos, redes de trocas, as interações com os invasores europeus, formas de luta e resistência, entre outros dados.

A citação abaixo demonstra como as descrições presentes nos documentos históricos podem ser úteis nas interpretações dos sítios arqueológicos na atualidade, uma vez que os relatos apresentam um número aproximado dos povos indígenas, de suas etnias e de grupos linguísticos que viviam em determinados lugares, além de exemplos de artefatos encontrados, profundidade estratigráfica, tamanho dos sítios, entre outras características.

Encontramos ainda uma referência às antigas moradias dos índios do Trombetas num trabalho de Orville Derby, sobre a geologia da região: “a população atual habita principalmente as margens dos lagos, e há provas de que estes também eram lugares prediletos dos habitantes aborígenes³. Em diferentes pontos encontram-se manchas de terra preta muito abundante, e em todos os casos, tanto quanto consegui informar-me elas estão cheias de antiguidades dos índios, utensílios de pedra e fragmentos de louça. Essas antiguidades são do mesmo caráter que as do Tapajós, e do mesmo modo que nesse rio há indícios de uma população numerosa indubitavelmente muito superior em número atual” [...] Na região de que aqui ocupamos, hoje em dia não existem mais índios. Mais para o norte, no entanto, no curso médio do Trombetas e do Jamundá e nos seus afluentes, ainda podem ser encontrados. Pertencem quase todos ao grupo “Caraíba”. A sua distribuição geográfica e numérica é aproximadamente a seguinte, de acordo com anotações de Frei Protásio Frickel: 1) Grupo dialético Parú-Cotó, entre o trombetas e o Jamundá (Cachuina, Furu-arú, Chaviana, etc.) com cerca de 3.000 almas; 2) Grupo dialético Tiriô-Pianacotó, entre o Trombetas e o Parú de oeste (Tiriô, Pianacotó, etc.) com cerca de 2.000 almas; 3) Aruak nas nascentes do Trombetas e do Mapueira com cerca de 600 almas [...] Entre os mais de 40 sítios que pesquisamos ao Norte e ao Sul do grande rio, não foi encontrado um só que não exibisse restos de cerâmica, o que confirma a sabedoria do dito popular “onde há terra preta há caretá”, corrente na região” (Hilbert, 1955, pp. 10-13).

Foram consultadas crônicas, cartas e relatos de exploradores, religiosos, viajantes, governantes e naturalistas europeus desde o século XVI até o século XIX (Heriarte, 1874; Carvajal *et al.*, 1941; Faria, 1946; Hartt, 1885; Hilbert, 1955; Porro, 1992; Nimuendajú, 2001; Baena, 2004; Bettendorff, 2010; Godinho & Lindenberg, 2011), assim como a bibliografia específica produzida sobre o estado do Grão-Pará e Maranhão como, por exemplo, a obra de Paul Le Cointe (1918) sobre a produção de cacau na Amazônia, as viagens exploratórias e fiscalizadoras de Domingos Soares Ferreira Penna (1973) a serviço do governo português, entre outras referências. Aliadas a essas fontes, também foram utilizadas as produções arqueológicas sobre o Baixo Amazonas e Óbidos (Lucena, 1996; Pereira, 2010; Matos *et al.*, 2013; Neves, 2015; Schaan & Alves, 2015; Panachuk, 2016; Amaral, 2017; Amaral, 2018; Alves, 2020; Gomes, 2022; Neves, 2022).

É de suma importância reconhecer que não existem, até o momento, muitas fontes historiográficas e arqueológicas que tratem sobre as origens de Óbidos, em comparação com outras cidades do estado do Pará como Belém, Santarém, Marajó, Oriximiná, entre outras. As publicações que reúnem as principais informações sobre a formação do município foram escritas, sumariamente, por pesquisadores locais (Reis,

³ Os termos “índios” e “aborígenes” foram utilizados pelo autor na época da escrita do documento. Atualmente, esses termos não são mais usados para se referir às populações indígenas brasileiras.

1979; Chagas, 2012; Canto, 2012, 2013; Vieira, 2013). Essas obras são consideradas raras por seu difícil acesso e localização, uma vez que só é possível obtê-las quando se viaja até Óbidos e se visitam as bibliotecas locais.

As publicações oriundas de pesquisas arqueológicas e do patrimônio histórico e arquitetônico, realizadas no município, enfrentam o mesmo problema de acesso, uma vez que duas importantes obras são da década de 1990 (Lucena, 1994, 1996; Derenji, 1997) e os exemplares físicos são praticamente inexistentes. Por exemplo, foi somente durante o trabalho de campo, realizado no primeiro semestre de 2022, que foi possível localizar um único exemplar do livro: “*Cadernos de Arquitetura 1 – Óbidos*”, que estava em posse de Dona Zélia, professora aposentada e participante ativa da primeira administração do Museu Integrado de Óbidos, fundado em 02 de outubro de 1985. Depois de algumas visitas à sua casa, a professora me emprestou o livro “*com muito cuidado*”, pois considerava a obra extremamente rara, tendo por ela um enorme apego emocional. Antes de encontrarmos a Dona Zélia, a própria autora do livro, a Profa. Jussara Derenji nos informou, por *e-mail*, que lamentavelmente não possuía mais nenhum exemplar da referida obra.

Naturalistas, arqueólogos e etnólogos europeus realizaram algumas incursões pelos sítios arqueológicos obidenses no século XIX (Noronha, 1862; Faria, 1946; Penna 1973; Hartt, 1885; Agassiz & Agassiz, 2000; Nimuendajú, 2001; Godinho & Lindenberg, 2011) e, segundo as conclusões da época, os sítios encontrados na cidade corresponderiam a áreas de dispersão da cultura dos Tapajós, cujo centro seria a região onde fica a atual cidade de Santarém/PA e, talvez por esse motivo, a região de Óbidos não despertou grande interesse por parte dos cientistas do século XIX (Nimuendajú, 2001). Essa inferência pode ser observada no relato de viagem de um dos arqueólogos e naturalistas da época:

Em fevereiro de 1923, voltei ao Pará e resolvi empreender primeiro uma viagem ao alto Tapajós para estudar os Munduruku e Apiáka; mas [...] uma estada de 14 dias em Santarém levou-me de início à descoberta dos estratos culturais extraordinariamente interessantes e ricos sobre os quais a atual cidade está edificada, e que se estendem pelas terras altas vizinhas, como foi imediatamente verificado [...] Em todos os lugares encontrei apenas vestígios extremamente numerosos da cultura de Santarém, que talvez possa ser atribuída principalmente aos Tapajós, extintos como tribo autônoma já no final do século XVII [...] (Nimuendajú, 2001, pp. 190-191).

Depois de um grande hiato, foi somente na década de 1990 que surgiram novos dados sistemáticos para Óbidos, a partir de um projeto que visava a salvaguarda do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade (Lucena, 1994; Derenji, 1997). Após a realização dessas atividades, novamente a região apresenta uma ausência de pesquisas que somente são retomadas nos anos 2000, com as análises da cerâmica de estilo Konduri realizadas por Gomes (2022), Alves (2019, 2020) e Mariano (2017). Também é possível encontrar trabalhos que visaram estudar os muiraquitanos do Baixo Amazonas com algumas peças provenientes de Óbidos (Costa *et al.*, 2002) e sítios com a presença de arte rupestre (Pereira, 2010).

Por meio de uma parceria entre o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado um “*Inventário dos sítios arqueológicos nos municípios de Óbidos, Oriximiná, Juruti, Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Curuá*” entre os anos de 2012 e 2013 (Matos *et al.*, 2013). O objetivo dessa importante publicação foi documentar, cadastrar e registrar *in loco* diversos sítios arqueológicos já conhecidos e visitados por turistas e moradores locais, além de identificar o potencial arqueológico de outras áreas até então não investigadas. Segundo os profissionais de arqueologia responsáveis

pelo inventário, o cadastro e a implementação de políticas de salvaguarda dos sítios são ferramentas fundamentais para o combate ao tráfico de material arqueológico, comum na região (práticas previamente identificadas durante a realização do inventário e atestadas durante o trabalho de campo realizado pela autora). O referido projeto identificou e cadastrou 11 sítios arqueológicos em Óbidos e diversas coleções domésticas (Bezerra, 2018).

A partir dos dados apresentados sobre as pesquisas realizadas anteriormente em Óbidos, foi percebida uma lacuna, já apontada por Lucena na década de 1990, sobre a necessidade de um projeto que visasse entender a relação dos moradores com os seus patrimônios arqueológicos. Daí a justificativa da importância do presente projeto de pesquisa realizado na região.

Durante o primeiro trabalho de campo realizado em novembro de 2019, ao conhecer a cidade, a qual me foi apresentada por um dos funcionários da Casa de Cultura, foram notadas as diferentes formas nas quais os distintos grupos sociais estavam lidando no dia a dia com os artefatos que afloravam por toda a cidade. Os objetos estavam aparecendo nos quintais das casas, nos sítios, nas áreas alagadiças, na forma de patrimônio histórico arquitetônico, alguns formando coleções domésticas (Bezerra, 2018) e outros sendo doados ao único museu da cidade, o Museu Integrado de Óbidos.

Todas aquelas narrativas que utilizavam os artefatos para mostrar a importância da cidade no contexto do Baixo Amazonas precisavam ser registradas, interpretadas e socializadas. Partindo da perspectiva de que os remanescentes materiais são uma espécie de presente palpável (Haber, 2017), buscamos entender como eles agenciam as formas de interação e a ocupação de territórios por diferentes grupos sociais, além do manejo dos recursos naturais.

A perspectiva adotada neste trabalho comprehende que o patrimônio arqueológico é constantemente utilizado para a criação de narrativas sobre o passado, que são utilizadas para justificar determinadas ações no presente (Nora, 1993; Van Dyke & Alcock, 2003; Schakel, 2008). No estudo de caso analisado, observa-se que a história oficial de Óbidos privilegia a cultura europeia portuguesa e seus descendentes, em detrimento das populações tradicionais da floresta, frequentemente retratadas como “preguiçosas”⁴ e um embargo ao progresso do município (Harris, 2005).

As informações produzidas até o momento revelam uma disputa simbólica e política entre algumas famílias residentes no centro urbano e histórico e as populações tradicionais da floresta, como os ribeirinhos, os descendentes de quilombolas (ou mocambeiros⁵), entre outros grupos. Muitas dessas comunidades vivem em pequenas vilas situadas em áreas afastadas, acessíveis apenas por estradas de terra ou por transporte fluvial, sendo que a intensidade e o regime das chuvas influenciam diretamente sua mobilidade dentro do território.

A principal problemática é a compreensão sobre como o patrimônio arqueológico obidense, na forma de artefatos do período pré-contato e históricos, ressoa no presente, e como ele é utilizados para criar histórias sobre o passado da cidade, vislumbrando quais são as memórias e os esquecimentos que esses bens acionam (Pollak, 1989).

Levando em consideração a discussão acima apresentada para esse artigo, são discutidos abaixo parte dos resultados da primeira fase do projeto de pesquisa que correspondem à comparação da produção bibliográfica local (Reis, 1979; Chagas, 2012; Canto, 2012, 2013; Vieira, 2013), em oposição à escrita de uma narrativa

⁴ O termo foi atribuído pelas famílias elitistas aos ribeirinhos que moram nas proximidades de Óbidos, para mais informações consultar Harris (2005).

⁵ Como algumas comunidades se autointitulam, consultar Funes (2006).

plural, que pode ser obtida por meio da utilização das pesquisas arqueológicas e da interpretação da literatura quinhentista, além dos documentos históricos guiados por um olhar decolonial e “não etnocêntrico” dos autores (Gnecco, 2009; Hamilakis, 2016; Haber, 2017).

Ao conversar com alguns moradores sobre a história do município, percebeu-se a repetição da narrativa:

O militar e aventureiro Pedro Teixeira, ao navegar pelo rio Amazonas, notou que em certo perímetro o rio se estreitava, formando uma garganta, e logo concluiu que aquele seria o lugar ideal para a construção de um forte militar, o Forte Pauxis. A cidade então se formou ao redor do forte militar e foi responsável pelo controle de todos os barcos que por ali passavam, por isso ela é também conhecida como Sentinela do Amazonas” (narrativa anotada durante conversa informal em caderno de campo, 2022).

Essa narrativa oficial ecoa na memória coletiva dos obidenses (Halbwachs, 2003). Contudo, ela desconsidera todos os grupos ameríndios que foram os responsáveis pelas primeiras construções e, também, por manter o território no domínio do governo de Portugal por meio da ocupação da terra ao longo dos séculos, conforme atestam os relatos históricos anteriormente mencionados.

No ano de 1992, o antropólogo Mark Harris ouviu da diretoria do museu obidense que os ribeirinhos são “preguiçosos” e que desenvolver pesquisa científica com esse grupo era “perda de tempo”. Naquela época, o acervo do Museu Integrado de Óbidos (MIOB) era composto, em sua maioria, por mobiliários e outros objetos de origem europeia, o que não difere muito da realidade encontrada atualmente.

Após 32 anos⁶, ainda é possível observar comportamentos sociais que excluem as populações tradicionais ancestrais da floresta da cena principal da história obidense. Durante conversas informais com uma das pessoas responsáveis pela gestão do MIOB, foi proferida a seguinte afirmativa: “*Aqui em Óbidos nunca teve indígena*”. Essa fala destoa de todas as crônicas e documentos históricos escritos sobre a província do Grão-Pará, além dos dados arqueológicos que apontam para a extensa ocupação ameríndia de longa duração naquela região.

A Amazônia do período colonial não possuía um contingente de europeus significativos que pudessem ocupar o vasto território, garantindo, assim, a supremacia da coroa portuguesa. Por isso, optou-se pela formação de aldeamentos indígenas nos sertões da colônia. Foram justamente esses lugares que deram origem às atuais e principais cidades localizadas no entorno das margens do rio Amazonas e seus afluentes (Henrique, 2015).

E qual o perigo de uma história única? É a perda de direitos e de territórios. Segundo Pollak (1989) e Lowenthal (1998), história, passado e memória apresentam diferentes perspectivas a partir da vivência de distintos grupos sociais. E se, num determinado contexto, somente um dos lados está sendo apresentado e rememorado, logo existem vazios, silenciamentos e invisibilizações que, consequentemente, apagam as memórias dos grupos subalternizados.

Para Pollak (1989) lembrar é também esquecer. Contudo, o processo de colonização da América Latina foi um dos responsáveis pelo surgimento da cidade de Óbidos, e supriu o reconhecimento da importância e agência das populações originárias, dos povos africanos e seus descendentes, e das populações tradicionais da

⁶ Tempo transcorrido entre a pesquisa de Harris e este trabalho.

floresta na formação do município. Apesar de toda a violência colonial sofrida, esses grupos encontraram formas de resistência e resiliência que merecem ser destacadas (Azevedo, 2002; Funes; 2006). E é em prol de uma narrativa plural e inclusiva sobre o passado obidense, que tem como base uma arqueologia ética e socialmente engajada (Quijano, 1992; Hamilakis, 2016; Silva, 2022; Campos *et al.*, 2023; Tapuia, 2025), que as páginas seguintes foram escritas.

MUSEUS, ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E O PENSAMENTO DECOLONIAL: UMA RELAÇÃO A SER CONSTRUÍDA

Nas últimas décadas as ideias e reflexões decorrentes de um pensamento e posicionamento decoloniais foram tomando vulto e, atualmente, estão presentes nos campos da antropologia, sociologia, história, estudos culturais e, mais recentemente, também “contaminaram” o universo dos museus e da Museologia.

É preciso ressaltar que o protagonismo do chamado pensamento decolonial foi atribuído ao grande intelectual e crítico literário Edward Said (1935-2003) cuja obra mais conhecida é *Orientalismo - o Oriente como invenção do ocidente*, cuja primeira edição é de 1978, publicada no Brasil somente a partir de 1990.

Nessa obra Said buscou apontar que, tanto no campo da literatura como nas artes, muitas de nossas visões sobre o Oriente foram construções que obedeceram a visões estereotipadas, uma vez que seguiam os cânones do continente europeu de viés colonialista, capitalista, cristão e, portanto, etnocêntrico. Portanto, muitas de nossas visões e representações sobre a cultura do outro foram marcadamente impregnadas por estas características e até hoje nos trazem ações, pontos de vista e prejulgamentos, os quais muitas vezes acabamos naturalizando como normais, quando, na verdade obedeceram a uma construção preconceituosa e racista (Said, 1990).

No continente latino-americano, o renomado sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018) apontou a necessidade de revermos a constituição da modernidade de nosso continente, a partir de uma necessária dissolução de estruturas de dominação e exploração relacionadas com a colonialidade e o necessário desmantelamento de seus dispositivos (Quintero *et al.*, 2019, p. 4).

Quijano ampliou as suas reflexões a partir do que denomina como colonialidade do poder e se apoiou na conjugação de dois eixos centrais. De um lado, “a organização de um profundo sistema de dominação cultural que controla a produção e a reprodução de subjetividades sob a égide do eurocentrismo e da racionalidade modernas, baseado na hierarquização da população” (Quijano, 2019). De outro, a confirmação de um sistema de exploração social global que articula todas as formas conhecidas e vigentes de controle do trabalho sob a hegemonia exclusiva do capital.

Portanto, modernidade e capitalismo se constituem em uma confluência e associação estrutural que afeta todas as áreas da existência social, tais como a sexualidade, a autoridade coletiva, a natureza, o trabalho e a subjetividade (Quintero Agámez & Vasconcellos, 2023).

No contexto latino-americano da primeira metade do século XIX, mesmo que tenhamos alcançado a emancipação política a partir dos processos de independência das metrópoles europeias, a colonialidade e seus principais efeitos continuaram a ordenar essas sociedades, produzindo-se, com o passar do tempo, diversas estruturações sociais de matriz colonial. Ou seja, a colonialidade sobrevive ao colonialismo agora na forma da política imperialista em nosso continente e em outras partes do globo. Daí o racismo estrutural contra as populações afrodescendentes, o etnocídio das populações indígenas que persiste até hoje, e o não acesso da

maioria da população ao controle dos meios de produção que permanecem nas mãos de uma elite branca classista, o que tornou quase impossível a real e efetiva democratização de nossas nações.

Na luta cotidiana contra esse contexto de espoliação e exploração da maioria da população dos nossos países latino americanos há outra visão decolonial de alguns autores que propõem que essa descolonização deva ser não apenas um pensamento acadêmico e teórico, mas também uma prática a ser colocada em uma perspectiva propositiva por meio de um engajamento e uma militância em favor dos mais desfavorecidos, almejando a conquista de uma cidadania efetiva e participativa por meio da noção do chamado “sul global” (Sousa Santos, 2011).

Sem dúvida, uma proposta de engajamento político e de uma pauta que possa trazer os sujeitos oprimidos como donos e arquitetos de sua história, não mais como objetos de sua representação, mas como sujeitos e donos de seu próprio destino e de sua autorrepresentação. Isso representa um grande desafio para os países latino-americanos, africanos e asiáticos.

Nesse sentido, qual seria o papel da museologia e dos museus de arqueologia para incorporar essa reflexão sobre a proposta da descolonização de maneira a inserir muitas das demandas que são prementes e urgentes em nossa sociedade? Como descolonizar o pensamento museológico e por consequência, retirá-lo das nossas instituições? Na tentativa de refletir a respeito dessas questões, vale aqui reforçar as palavras do museólogo, antropólogo e historiador Bruno Brulon (2020, p. 28):

(...) descolonizar museus e patrimônios é desnaturalizar a matéria sedimentada nas reservas técnicas dos séculos anteriores para imaginar outras materializações possíveis, para além dos regimes normativos que engendraram a museologia que nos foi legada. Descolonizar o pensamento sobre os museus e a museologia implica reimaginar os sujeitos dos museus, bem como os corpos passíveis à musealização. Isto é, num trabalho de arqueologia de nós mesmos e dos vestígios que escolhemos valorar, reimaginar as materializações possíveis em regimes museais descolonizados. A revisão do pensamento aqui proposto não prevê um abandono do dispositivo museu ou sua extinção para as sociedades do presente, mas a sua reinterpretação nos contextos tocados pela colonização, visando configurar novos regimes de valor para produzir patrimônios. Tal revisão, como demonstramos, compreende repensar o próprio pensamento para se imaginar materialidades outras, patrimônios outros, vidas outras passíveis de serem valoradas.

A partir das reflexões acima apontadas é que pretendemos repensar criticamente como os patrimônios arqueológicos são utilizados para contar histórias sobre o passado de Óbidos, vislumbrando possíveis reformulações a partir dos parâmetros que serão discutidos.

ARQUEOLOGIA E COLETIVOS HUMANOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O ESTUDO DE CASO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE ÓBIDOS/PA

Alguns estudos em Arqueologia e em áreas afins (Bezerra, 2018; Lima, 2019; Ayala, 2020; Colwell, 2020; Silva, 2022; Campos *et al.*, 2023; Tapuia, 2025) têm problematizado a forma como são criadas as narrativas sobre o passado, por meio das pesquisas científicas, na área do patrimônio arqueológico. Esses autores apontam para a necessidade de uma ampliação do olhar dos profissionais de arqueologia em suas práticas de trabalho, visando a incorporação de outras vozes e outras formas de conhecer a materialidade e a temporalidade dos artefatos nos estudos e/ou discursos produzidos.

Na visão dos autores acima mencionados, as ações na área do patrimônio podem reforçar ideias de cunho colonialista, paternalista e racista sobre as formas de apropriação, uso e gestão desses bens, o que torna necessário reflexões sobre novas formas de desenvolver as práticas da arqueologia científica dentro das chamadas pesquisas colaborativas, comunitárias, sócio participativas e decoloniais.

Ainda que os avanços sejam perceptíveis nos projetos de arqueologia que têm essa visão engajada, ética e decolonial, Cabral (2016) chama atenção para que esses conhecimentos tradicionais, produzidos pelo Outro, não sejam entendidos de maneira simplista e subalterna, ou apenas incorporados como apêndices dentro do sistema geral da ciência ocidental. Esses saberes precisam ser entendidos como sistemas independentes ou “regimes de conhecimento” e não podem ser fundidos com os saberes ocidentais, “sob o risco de perder seu grande valor: a diferença” (Cabral, 2016, p. 79).

A importância de trabalhar com essas outras narrativas surge a partir da possibilidade de recontar histórias, agora plurais, não mais escritas apenas pelas elites de origem colonial. No nosso estudo de caso, a cidade de Óbidos, representa bem a necessidade da elaboração de uma história narrada a contrapelo (Benjamin, 1996; Silva, 2022; Campos *et al.*, 2023; Tapuia, 2025).

Atualmente é perceptível a valorização da cultura portuguesa e italiana⁷ para os obidenses. As famílias mais importantes, que dispõem de maiores recursos financeiros e estão no topo das relações de poder, são de origem europeia - Portugal, Espanha e Itália. Essa inferência provém das entrevistas e conversas realizadas com alguns obidenses durante o desenvolvimento da pesquisa.

Além das famílias de origem europeia, existem também importantes grupos familiares de origem africana, porém de pele branca e religião judaica, tais como: os Chocron, oriundos das cidades de Tétouan no Marrocos, os Hamoy e os Hamani de Alexandria no Egito (região próxima do Oriente Médio). Estes últimos núcleos familiares foram bem documentados em trabalhos científicos (Fábio, 2019), além de terem suas histórias contadas em diversas reportagens veiculadas nas mídias digitais. Recentemente, o cemitério israelita da cidade foi tombado como Patrimônio Histórico, sendo o primeiro cemitério a receber essa camada de proteção e valorização no estado do Pará. Os imigrantes judeus estão presentes no município desde o início do século XX.

Essas famílias são bastante conhecidas e foram constantemente mencionadas durante os trabalhos de campo realizados, normalmente após a pergunta⁸: “Você conhece alguém que tenha histórias antigas para contar sobre Óbidos?” ser formulada.

Harris (2005), em 1992, realizou uma pesquisa com algumas comunidades ribeirinhas⁹ que vivem nas áreas de várzea do Baixo Amazonas. Durante suas atividades, também foi possível compreender como as elites locais de Óbidos enxergavam os grupos sociais considerados por eles como subalternizados. A problemática do autor era refletir sobre como diferentes classes sociais percebem a Amazônia e definem quem tem acesso aos diferentes territórios e recursos da floresta. Sobre esse tema, o autor pondera que:

⁷ Segundo conversas informais com alguns obidenses.

⁸ Para a tese foram criados dois tópicos guias de perguntas semiestruturadas direcionados para grupos sociais distintos, estes são: os moradores do centro histórico de Óbidos, os funcionários da Secretaria de Cultura do município, os funcionários do Museu Integrado de Óbidos e suas fundadoras, grupos quilombolas (as comunidades ainda não foram escolhidas), entre outras pessoas que formaram grupos naturais (Gaskel, 2015) a partir de uma rede (Meihy, 2005) indicação direta entre cada entrevistado. Os tópicos vão estar disponibilizados na íntegra no texto final da referida tese de doutorado.

⁹ Na região do rio Pará. Segundo o autor, no ano de 1992 aproximadamente 900 pessoas formavam a comunidade pesquisada.

A frase 'a natureza os torna preguiçosos' deve ser entendida dentro do contexto de diferentes percepções da Amazônia por aqueles que desejam defender seu controle e acesso aos recursos, neste caso, os pescadores camponeses, e aqueles que desejam desenvolvê-los em nome do progresso, ou seja, das elites locais. Essas diferenças têm histórias que remontam à primeira conquista da região, e tem sido sucessivamente revividas em momentos-chave, como durante a captura dos indígenas em aldeias missionárias [...] ou durante o *boom* da borracha [...] e depois durante a ditadura militar [...] (Harris, 2005, p. 467)¹⁰.

A ocupação dos territórios da floresta amazônica sempre foi motivo de disputa, ora entre as próprias comunidades indígenas que ali habitavam, ora entre os europeus, que realizavam uma verdadeira corrida contra o tempo para a demarcação de terras do “Novo Mundo” para os seus respectivos países. Esse cenário é acirrado em meados do século XVIII, em que o Brasil começa a definir seus limites territoriais (Henrique, 2015; Romero & Botelho & Marques, 2017; Chambouleyron *et al.*, 2023).

Segundo Zeron (2011), foi somente no governo de Dom João III (1521 – 1557) que a exploração econômica dos territórios americanos passariam ao primeiro plano das estratégias mercantilistas da coroa portuguesa, que foram apoiadas por ricos comerciantes portugueses que viam na exploração das novas terras uma grande oportunidade de expansão mercantil. A ideia de uma ocupação duradoura nas terras brasileiras era vista com êxtase pelo rei de Portugal, uma vez que ela promoveria o “melhor” meio de defesa do território contra as invasões francesas. Para que essa empreitada fosse levada a cabo inteiramente, era necessário estabelecer uma profunda aliança com os indígenas (Zenon, 2011).

Ainda que os indígenas passassem por dolorosos e sangrentos processos de escravização velada de sua mão de obra e movimentação compulsória de seus territórios para ocupação em massa dos muitos aldeamentos religiosos espalhados pela Amazônia, na visão dos clérigos, eles eram vistos como “boas almas”. Uma aliança com esses grupos era essencial para garantir a posse e a proteção do território brasileiro, visto que os confrontamentos militares com outros invasores europeus eram onerosos aos cofres da coroa (Zeron, 2011).

A conquista espiritual dos grupos indígenas era uma condição essencial no processo de colonização, uma vez que a sua mão de obra era extremamente necessária. Na região norte, as estratégias adotadas para a demarcação das fronteiras foram baseadas em acordos políticos e mercantis (como no restante do Brasil). Uma das medidas adotadas foi renomear os aldeamentos que passariam a ser conhecidos por povoados, vilas e cidades, com nomes portugueses. Essa estratégia ampliou o número de “vassalos da coroa portuguesa” e multiplicou o número de assentamentos, garantindo assim o direito de posse da terra por ocupação (Zeron, 2011).

Quando se analisa a produção historiográfica produzida sobre Óbidos, principalmente o compêndio de leis ainda em vigor, as datas em que a Aldeia Pauxis passa a ser Vila de Óbidos e, posteriormente, cidade, são comemoradas até os dias atuais no município. Uma das explicações para a escolha do nome Óbidos, segundo as falas dos colaboradores, é a similaridade entre os relevos das duas cidades (a paraense e a portuguesa).

¹⁰ Tradução da autora. No original: “The phrase 'nature makes them lazy' should be understood within the context of different perceptions of the Amazon by those who wish to defend their control and access to resources, in this case, peasant fisherpeople, and those who wish to develop them in the name of progress, i.e. local elites. These differences have histories dating back to the first conquest of the region and have been successively revived at key moments such as during the rounding up of Indians into mission villages [...] or during the rubber boom [...] and then during the military dictatorship [...]” (Harris, 2005, p. 467).

As datas celebradas constam como oficiais nos livros de história e são reconhecidas por lei no compêndio que define os Símbolos Municipais¹¹ obidenses (Estado do Pará, 2001). Sobre isso:

Art. 1º [...] I – Fundação de Óbidos (Aldeia dos Pauxis): 02 de outubro de 1697. II – Elevação à categoria de Vila: 25 de março de 1758. III – Elevação à categoria de cidade: 02 de outubro de 1854. [...] Art. 2º - Para os mesmos efeitos são considerados agentes dos referidos eventos históricos os cidadãos: I – Antônio de Albuquerque Coêlho de Carvalho, capitão-general português – fundador de Óbidos. II – Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general português, governador do Pará, autor da elevação de Óbidos à categoria de Vila. III – Sebastião Rego Barros, presidente da província do Pará, autor da elevação de Óbidos à categoria de Cidade (Óbidos (PA), 2001, pp. 17-18).

O contrário da celebração é o esquecimento. Nesse sentido, não foi possível encontrar, nessas mesmas fontes, nenhuma forma de reconhecimento às etnias indígenas aldeadas que ocuparam aquele território por tanto tempo. Nos documentos históricos há relatos que demonstram como os ibéricos necessitavam dos saberes ameríndios para continuar suas jornadas pelo grande rio Amazonas, além de outras formas de sobrevivência na floresta amazônica, assim como o estabelecimento das atividades mercantis realizadas no “Novo Mundo” (Lecointe, 1918; Porro, 1922; Carvajal *et al.*, 1941; Assunção, 2004; Zeron, 2011).

Filho (2009, 2011), ao reunir em duas grandes obras as principais expedições à Amazônia continental, estuda com avidez as cartas e os diários de viagem dos exploradores ibéricos. Das discussões do autor nos vem a reflexão sobre como eram vistos os habitantes locais da floresta pela concepção dos europeus. Sobre esse assunto:

Se arriscasse uma tese, a que certamente me dedicaria, esta seria para demonstrar que, com honradíssimas exceções, os viajantes não tratam os habitantes locais - índios, caboclos, quilombolas e mesmo os migrantes europeus recentes - como pares, com direitos iguais ou merecedores de respeito; ao contrário, querem-nos como cidadãos de segunda classe. Os povos do lugar se prestam enquanto seres úteis, fonte de informação para a sobrevivência (fornecer alimento, remar, guiar, guardar, carregar, atos quase animais, etc.) (Filho, 2009, p. 17).

O que se percebe, analisando todas as fontes anteriormente citadas, é que desde o início da colonização a visão sobre essas pessoas vistas como inferiores, servis ou entendidas pela ótica do “bom selvagem”, pouco mudou. As elites das cidades amazônicas continuam a vangloriar-se sobre o desenvolvimento do comércio cacauero, da borracha, pecuário, da juta, da castanha, entre outras drogas do sertão (Neto, 2023). Como no caso de Óbidos, que possui até os dias atuais grandes empresas exportadoras de Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), e que, conforme aponta Lucena (1996), teve o seu porto como um dos mais importantes do estado durante o século XIX.

A problemática que sustenta o sucesso exportador do município é o não reconhecimento da força de trabalho empenhada por todos os trabalhadores indígenas escravizados e livres, africanos escravizados e seus descendentes, que foram totalmente apagados dos livros de registros de produtos importados e exportados

¹¹ Conjunto de leis criadas durante a era do governo militar que define os símbolos municipais obidenses (Estado do Pará, 1974).

pela colônia¹² na época do auge da produção mercantil das drogas do sertão (Penna, 1973; Barata, 1915; Le Cointe, 1918).

O compêndio de Símbolos Municipais (Estado do Pará - Prefeitura Municipal de Óbidos, 2001), por exemplo, é categórico em esquecer a contribuição desses grupos sociais ao afirmar que a cultura do cacau e a pecuária foram as principais fontes de renda do município. A impressão ao analisar esse documento é a de que todas as toneladas de cacau embarcadas nos porões dos navios cargueiros (Barata, 1915) foram manejadas por corpos invisíveis, sem nome e sem identidade.

As pesquisas arqueológicas de Lucena (1996) integraram um projeto financiado pelo Instituto Pró-Memória na década de 1980, sob a coordenação do Prof. Dr. Marcos Albuquerque. Esse projeto surgiu como resposta a um forte clamor popular — movimento articulado por pessoas engajadas na defesa das manifestações culturais e de suas materialidades — que demandava a restauração dos patrimônios históricos da cidade, que estavam em avançado processo de deterioração e abandono. Os bens incluíam o Quartel General Gurjão e o Forte de Óbidos, ambos datados do século XIX. Na época, foram veiculadas diversas denúncias nos jornais locais, além da Associação Cultural Obidense (ACOB)¹³ que escreveu inúmeras cartas e memorandos aos órgãos competentes, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹⁴.

A reportagem intitulada “Quando será o Basta?”, escrita na primeira página do jornal “O Fivela” no dia 01 de outubro de 1982, é um exemplo da movimentação do município em prol do seu patrimônio histórico e arquitetônico. A equipe de redatores composta pelos jornalistas Ronaldo Brasiliense, Eduardo Dias e Walmir Carvalho foi enfática em mostrar o estado avançado de deterioração em que se encontrava o Quartel General Gurjão (figura 3). Inaugurado em 1907 e projetado pelo engenheiro Graciliano Negreiros, conforme aponta a reportagem. Do referido texto, destacamos:

[...] Neste número se exibe esse prédio ao qual o leitor está vendo, e com certeza, deve apreciar essa beleza de construção erguida no início do século [...] Poderíamos colocar como subtítulo de enfoque, de “A vergonha obidense”, sem demagogia nenhuma por tudo o que se representou em nossa terra essa colônia militar, e seu papel desempenhado na evolução do município. É vergonhoso que se deixe um prédio desse porte, (o maior e também o mais bonito da cidade) no estado atual em que se encontra. Ele está abandonado, roubado, esquecido totalmente das autoridades civis e militares. Deve contentar-se com apenas com um brilhante passado não distante que ali existiu. Suas atividades sociais, esportivas e culturais foram o centro das atenções da comunidade e por muitos anos, vale acrescentar a imigração de oficiais que vinham do sul, trazendo com eles experiências e conhecimentos. Castelo Branco ex-Presidente da República, por exemplo, serviu como tenente em nossa colônia, também Costa Mendes, o célebre general que construiu o Maracanã, casado com uma obidense, e quantos filhos da terra se enfileiraram no exército até os mais altos postos, o Marechal José de Moraes Coelho é nosso conterrâneo e saiu este de nosso quartel (Dias, 1982).

¹² Para mais informações consultar o Acervo de Obras Raras do CENTUR, catálogos de importação e exportação. Disponível em: <www.obrasraras.fcp.pa.gov.br/>.

¹³ Também foi responsável pela criação do Museu Integrado de Óbidos no dia 2 de outubro de 1985. A diretoria da associação é a mesma do museu.

¹⁴ Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



Figura 3. Fotografia da fachada leste do Quartel General Gurjão. Fonte: Museu Integrado de Óbidos, data desconhecida.

A leitura atenta da citação acima reforça, mais uma vez, nossa hipótese de que uma parcela da sociedade obidense — um grupo seleto e influente, diretamente ou indiretamente responsável pela gestão dos bens patrimoniais do município — vem sustentando e retroalimentando a narrativa militar e colonial da cidade, em detrimento de outras histórias que também merecem atenção. Óbidos é uma cidade emblemática, marcada por diversos conflitos em torno de seus patrimônios. É fundamental que nós, profissionais da área, possamos nos debruçar sobre os emaranhados (Hodder, 2012) que atravessam essas relações complexas entre os obidenses e suas coisas do passado (Miller, 2013), que continuam exercendo forte poder agentivo no presente.

As solicitações da população obidense foram atendidas, e no ano de 1980 um grande projeto para recuperar o patrimônio histórico foi implementado. Duas publicações acadêmicas surgiram como resultado dessas ações, a primeira delas foi a tese de doutorado da arqueóloga Lucena Veleda (1994) e um livro escrito pela arquiteta Jussara Derenji (1997) sobre os casarões históricos obidenses. Esta última autora recebeu uma homenagem pelos trabalhos desenvolvidos, sendo condecorada cidadã de Óbidos, além de receber o brasão de armas.

O ponto que queremos levantar é que estas ações tiveram um grande impacto na comunidade local e essas duas importantes obras ficaram disponíveis para a população, principalmente aquelas ligadas à gestão “não institucionalizada” desses bens, como os funcionários do MIOB,¹⁵ jornalistas, músicos, professores, padres, entre outras pessoas influentes. Algumas dessas pessoas são ávidas por pesquisas e seguem produzindo diversos

¹⁵ Francisca das Chagas, entre outras funcionárias. Destacamos seu nome por ela ter escrito um livro sobre a história de Óbidos.

tipos de publicações, algumas delas aqui analisadas. Contudo, os dados arqueológicos de Lucena (1996) para a ocupação pré-colonial do município parecem ter sido parcialmente ignorados.

As imagens abaixo (Figura 4) corroboram a inferência acima. Elas correspondem ao perfil estratigráfico padrão do parapeito do Forte de Óbidos, construído no século XIX, motivo de orgulho para os moradores da cidade, visto que ele representa materialmente o poderio militar da cidade para a proteção do rio Amazonas. Ao olhar com atenção o desenho técnico feito por Lucena (1994), é possível observar três camadas de ocupação indígena antes da camada de aterro utilizada no nivelamento do solo para a construção do forte.



Figura 4. Desenho técnico evidenciando o corte estratigráfico do parapeito do Forte de Óbidos. Fonte: Lucena (1994, p. 305).

As figuras a seguir ilustram alguns dos muitos exemplos de achados fortuitos de artefatos arqueológicos pré-coloniais, que são abundantes em diversas áreas do município.

Por gestão “não institucionalizada”, estamos nos referindo aos bens que estão sendo administrados e selecionados por pessoas que não estão ligadas aos órgãos oficiais do governo. O Museu Integrado de Óbidos, por exemplo, é uma instituição particular, gerida pela diretoria da associação de moradores. Não se pretende tirar o protagonismo dessas pessoas em lidar com seus próprios patrimônios, apenas pretendemos destacar a existência de uma certa tendência (seletividade) na valorização da cultura europeia, e militar, em detrimento do passado ameríndio e africano do município.

A exceção ao quadro acima descrito são os trabalhos de Azevedo (2002), professora fundadora da Associação Cultural Obidense (ACOB) e do Museu Obidense. A Profª Idaliana Marinho de Azevedo, nascida em Óbidos (Paraná de Baixo) no dia 19 de março de 1936, desenvolveu pesquisas centradas na oralidade dos

mocambeiros obidenses. O trabalho realizado com a memória das populações negras da região reúne uma vasta quantidade de dados ainda inéditos, atualmente armazenados na reserva técnica do MIOB.



Figura 5. Achados arqueológicos fortuitos doados ao Museu Integrado de Óbidos. Fotografia da autora (2022).

Funes (1995), também desenvolveu um trabalho com a mesma temática de Azevedo (2002), com a obra intitulada “*Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*”. O autor aborda as experiências históricas e as memórias de comunidades negras da região do Baixo Amazonas. A partir de uma abordagem que valoriza a oralidade e as narrativas locais, o autor reconstrói a trajetória dos mocambeiros enquanto sujeitos históricos, ressaltando suas estratégias de resistência, mobilidade e permanência territorial frente ao racismo estrutural e à invisibilização institucional. A pesquisa também evidencia a importância da terra, da ancestralidade e das práticas culturais como elementos centrais na formação identitária dessas comunidades negras amazônicas.

PATRIMÔNIOS OBIDENSES NO MUSEU: OS PRIMEIROS APONTAMENTOS SOBRE O MUSEU INTEGRADO DE ÓBIDOS

O Museu Integrado de Óbidos (MIOB) é uma instituição criada e administrada pela Associação Cultural Obidense (ACOB), uma organização não-governamental formada por alguns moradores da cidade. Com o intuito de resguardar os resquícios do passado obidense de uma maneira geral, o museu foi inaugurado por um grupo de professoras pedagogas, junto com outras mulheres influentes do município, no dia 2 de outubro de 1985. A sua gestão é sazonal e seus administradores são escolhidos por votação direta entre os membros da associação cultural. O museu é mantido pelos fundos levantados pela ACOB, entre outros projetos acadêmicos que visam estudar o seu acervo.

A instituição não conta com uma documentação organizada que informe o período exato em que cada gestão foi responsável por sua administração, nem as ações realizadas para a salvaguarda dos objetos, disposição das peças e o recorte expositivo. É necessário implementar projetos de pesquisa direcionados a entender a história de vida do MIOB para que essas e outras perguntas possam ser respondidas.

Atualmente a instituição passa por uma reformulação e esforços estão sendo implementados para a catalogação do acervo arqueológico em posse do museu. Contudo, não se tem informações oficiais sobre quais profissionais estão à frente do projeto. Há registro do trabalho voluntário de um pós-graduando do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Marcony Alves, na tentativa de identificar e analisar as cerâmicas da tradição Pocó e Konduri existentes no acervo. Ressalta-se que durante o trabalho de campo desenvolvido no ano de 2022, uma triagem e organização prévia do acervo histórico foi realizada pela autora.

Sobre a exposição de longa duração do MIOB, nos parágrafos acima foi apresentada uma reportagem que pedia soluções do poder público para a salvaguarda do Quartel General Gurjão, símbolo de orgulho para a população. Contudo, a mesma preocupação e urgência não foram direcionadas ao acervo arqueológico pré-colonial em posse do museu.

Apesar da ausência de profissionais da arqueologia, da museologia e da escassez de verbas destinadas à adequação da reserva técnica e do museu — fatores que dificultam a salvaguarda adequada do acervo —, ações simples como limpeza, organização, realocação de salas e renovação do mobiliário não foram realizadas periodicamente. No ano de 2022, as peças arqueológicas se encontravam em um péssimo estado de conservação, como mostra a fotografia abaixo:



Figura 6. Exposição arqueológica do MIOB. A sala expositiva encontrava-se fechada para o público devido às condições do acervo. Fotografia da autora (2022).

Todo o acervo arqueológico existente no Museu Integrado de Óbidos foi cedido pela população. As peças são oriundas de achados fortuitos em diferentes áreas da cidade. Reconhece-se aqui o esforço local em garantir a salvaguarda desses artefatos para a posteridade, pois muitas pessoas se sentem orgulhosas em ter realizado

doações de peças importantes arqueologicamente, como no caso da “*Santaninha*¹⁶” (figura 7), que foi encontrada no sítio João Braz por seu proprietário, o senhor Mário Pinto, que ganhou uma menção honrosa da instituição por sua doação.



Figura 7. Urna antropomorfa “*Santaninha*”, a peça cerâmica representa uma imagem feminina que utiliza um muiraquitã no pescoço, adorno na cabeça e pintura corporal. Fotografia: Profª. Drª. Denise Gomes (2018).

Em contrapartida, os mobiliários pertencentes às famílias mais tradicionais de origem europeia que estão relacionadas à história do município estão em bom estado de conservação e aparentam passar por ações pontuais de conservação preventiva, como limpeza periódica. As fotografias abaixo ilustram esse exemplo:

A análise das problemáticas comunicacionais e informacionais que englobam os museus e os acervos arqueológicos – dentro da chamada Musealização da Arqueologia – teve seu início no Brasil a partir do projeto pioneiro de Bruno (1999). Ao criar o conceito de estratigrafia do abandono, a autora identificou o apagamento das coleções arqueológicas na interpretação da sociedade brasileira.

Ribeiro (2014) argumenta sobre a disparidade existente entre as informações acadêmicas/científicas produzidas pelas pesquisas arqueológicas e o conhecimento divulgado para o público não especialista pela via dos museus. A arqueologia é uma das ciências que mais produz acervos. Contudo, as análises e a divulgação dos resultados referentes a esses projetos não suprem as demandas institucionais, nem as do público visitante e nem das pessoas que vivem no entorno dos sítios.

Essa é uma realidade comum na Amazônia Brasileira (Cabral, 2016) que também foi observada durante o trabalho de campo no ano de 2022. Ao conversar com a Secretaria de Cultura do município, a Professora

¹⁶ A “*Santaninha*” é o nome dado pela população local a uma estatueta antropomorfa. Atualmente existem discordâncias sobre a classificação da peça entre cerâmica do complexo Konduri, ou uma peça com características híbridas. Para mais detalhes consultar a bibliografia específica em Alves (2019, 2020) e Gomes (2022).

Wilma Silva, foi apontado que boa parte dos resultados das pesquisas arqueológicas realizadas na cidade não chegam às pessoas interessadas no assunto, como é o caso da sra. Wilma, que afirmou não ter acesso às informações produzidas até aquele momento.



Figura 8. Mobiliário que compõe parte da exposição permanente do Museu Integrado de Óbidos. Fotografia da autora (2022).

O que se observa são instituições abarrotadas, transformadas em meros depósitos empoeirados, como é a realidade atual do acervo arqueológico em posse da instituição obidense¹⁷. Por mais que exista um esforço da população em doar os artefatos, o MIOB permanece sem espaços adequados para a salvaguarda desses bens, ou ainda sem possibilitar um diálogo frequente entre as peças e as pessoas na contemporaneidade. Neste sentido, o que o acervo arqueológico do MIOB comunica?

HISTÓRIAS PLURAIS: UM MANIFESTO PARA A NECESSIDADE DA ESCRITA SOBRE O PROTAGONISMO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E AFRICANAS NA FONTES BIBLIOGRÁFICAS OBIDENSES

Por fim, a última discussão presente neste artigo, versa sobre a extensa ocupação ancestral ameríndia na área em que está localizada a cidade de Óbidos, fato este que não é citado pelas fontes históricas locais (Canto, 2012; Chagas, 2012; Canto, 2013; Vieira, 2013). A ocupação de longa duração na Amazônia é atestada pelos estudos arqueológicos que encontraram vestígios materiais pertencentes à época de transição do Pleistoceno ao Holoceno. Alguns desses achados possuem uma datação média aproximada de 12 mil anos antes do presente (Neves, 2022).

Estudos arqueológicos realizados no Baixo Amazonas (Schaan & Alves, 2015; Neves, 2015; Panachuk, 2016; Amaral, 2018), além dos relatos etnohistóricos (Heriarte, 1874; Faria, 1946; Nimuendajú, 2001; Bettendorf, 2010) apontam que as atuais cidades localizadas nos principais cursos do rio Amazonas eram previamente habitadas por grupos ameríndios. Santarém, por exemplo, possui uma estratigrafia do solo que aponta uma ocupação de longa duração. Os trabalhos no Sítio Porto (Schaan & Alves, 2015; Lopes, 2015)

¹⁷ Ressalta-se que o projeto de doutorado em curso tem como objetivos específicos auxiliar na divulgação dos resultados e das informações referentes aos diferentes projetos que investigam o patrimônio arqueológico da região, além da elaboração de um diagnóstico museológico que possa contribuir para a criação futura de planos de salvaguarda e propostas expositivas para os artefatos que compõem o acervo do MIOB.

apontaram uma área de aproximadamente 356.950,00 m² intensamente manejada conforme o crescimento populacional dos Tapajó, que tinham ali a centralidade de seu grande domínio. Segundo Lopes (2015):

Os assentamentos humanos datam entre 8.000 AP e AD 1500, sendo que o período entre AD 900 e 1500 (séculos X a XVI) são mais conhecidos [...] esse espaço do sítio possui espécies vegetais antropogênicas [...] e [...] há formação de floresta secundária, resultante da ação antrópica sobre a vegetação original (Lopes, 2015, p. 136).

Navegando em direção oposta a esses dados, ainda que alguns pertençam a publicações recentes, o processo de seleção dos fatos lembrados por uma parte das pessoas sobre o passado obidense nega o protagonismo indígena. As fontes locais mencionam que: “[...] com a construção do forte, aos poucos foram sendo trazidos pelos militares e religiosos, índios de várias tribos e localidades, dando início à povoação, que mais tarde, daria origem à cidade de Óbidos” (Vieira, 2013, p.15).

Chagas (2012), explica o processo de formação da aldeia Pauxis. Segundo a autora:

Motta e Siqueira, cumprindo ordens recebidas, dão início a obra que depois de pronta, mal podia comportar quatro pessoas; mas esse era o lugar onde o Rio Amazonas mais se estreitava, com apenas 1.892 metros de largura [...] achou que deveria chamar “Forte Pauxis”, em homenagem à tribo dos índios Pauxis, que se assentavam nas cercanias daquele núcleo militar, já que foi mobilizada para os trabalhos de sua construção, sob orientação do branco. (...) Na mesma oportunidade, Motta e Siqueira convocou os capuchos da Piedade que desde 1663 desenvolviam sua obra missionária entre os índios Pauxys¹⁸, meia hora acima do Forte, presumivelmente no Lago do Arapucú, trazendo ainda índios do Rio Trombetas, com a finalidade de fundarem uma aldeia, que denominavam Aldeia Pauxys, também conhecida como Aldeinha. Assim, surgia a Aldeia Pauxys, hoje Óbidos, situada à margem esquerda do rio Amazonas, sob o signo da Cruz e da Espada (Chagas, 2012, pp. 5-6).

O foco dessa obra é afirmar que a cidade foi construída na zona mais estreita do rio Amazonas, sendo a grande responsável pela proteção da região norte do país contra as outras hordas de europeus, como os franceses (Assunção, 2004; Zeron, 2011). Passando de informações rasas para uma escrita detalhada e profunda, essas fontes citam constantemente, em ordem cronológica, o nome dos exploradores ibéricos que notaram que aquela seria a localização ideal para a instalação de um forte militar.

Se levarmos em consideração o impacto que tiveram as tão esperadas obras de restauração e pesquisa arqueológica no Forte de Óbidos, é de se estranhar que tais autores tenham ignorado os dados de Lucena (1996) sobre a ocupação pré-colonial. As análises da pesquisadora afirmam que:

Observa-se, portanto, através desta análise e interpretação da constituição das camadas do sítio, a compreensão da dinâmica de instalação e de ocupação do Forte [...] A superfície em que se deu início à instalação do Forte representava o topo de uma sucessão de camadas de ocupação indígena. Existem indícios de que a extensão da ocupação indígena extrapola em muito a área ocupada pelo Forte [...]

¹⁸ Não existe uma uniformidade na escrita do termo.

Foram identificadas evidências da ocupação pré-histórica em todos os cortes realizados na área do parapeito, numa faixa de quase dois metros de espessura (Lucena, 1996, p. 219).

A partir da citação acima, além da grande quantidade de afloramentos de artefatos arqueológicos pré-coloniais em Óbidos, é difícil supor que essas materialidades não fizessem parte do conhecimento prévio dos autores que escreveram sobre o passado da cidade. Ou seja, observamos que a escrita da história é feita de cima para baixo, sem considerar os outros povos que moravam na zona mais estreita do rio antes da invasão portuguesa, modificando toda aquela paisagem.

Na Amazônia brasileira é inegável a presença desses “*objetos de índio*” que fazem parte do cotidiano das comunidades e vilas. Ao habitarem lugares persistentes (Lima *et al.*, 2016), os coletivos humanos da Amazônia experimentam sensíveis e emaranhadas ligações com essas coisas do passado na contemporaneidade (Bezerra, 2013, 2017, 2018, 2023; Bedinelli, 2023). Esses objetos são vivos possuem agência e, como testemunhos do passado, eles também contam histórias (Bezerra, 2013, 2017, 2018, 2023; Cabral, 2016).

Lucena (1996) explica a formação das terras pretas de índio (TPI), criadas pela decomposição de material orgânico de origem antrópica e encontradas em todas as áreas escavadas no Forte, são bastante comuns em Óbidos, assim como em outras regiões:

As camadas de ocupação indígena representam um aspecto do povoamento pré-histórico da Amazônia que resultou na constituição das chamadas “terras pretas de índio” [...] ocorrência destas camadas não passam despercebidas da população local atual e nem se restringem no município de Óbidos e a área do Forte. As “terras pretas de índio” são atualmente utilizadas nas pequenas hortas, nos ajardinamentos ou mesmo para o plantio de árvores frutíferas. Desta forma, se promove frequentemente perturbações em sítios indígenas, deixando a mostra farto material pré-histórico, uma vez que nem sempre as terras são utilizadas em seu local de origem, mas são transportadas para outras áreas, com o fito de aumentar a fertilidade do solo (Lucena, 1996, p. 219).

As reflexões acima apontam para problemáticas antigas no campo patrimonial, como a colonialidade e o paternalismo que acompanham essas práticas no Brasil (Bento Antas, 2014). Contudo, antes de buscarmos respostas definitivas aos questionamentos propostos, precisamos refletir criticamente e entender quais são os nossos limites enquanto pesquisadores quando lidamos com tantos conflitos relacionados aos usos dos artefatos. Colwell (2020) argumenta que desenvolver pesquisas colaborativas pode ser um dos caminhos para que essas práticas coloniais possam ser desfeitas.

A tarefa não é fácil, e os pesquisadores que pretendem trabalhar com comunidades tradicionais da floresta, entre outros grupos subalternizados pelo Estado, precisam ter em mente que o trabalho colaborativo, ou uma arqueologia socialmente engajada, jamais serão neutros, é preciso posicionar-se (Hamilakis, 2016). Igualmente, é preciso construir uma relação com as pessoas que compõem esses grupos sociais, o que não pode ser entendido como um trabalho passageiro ou rápido (Santos, 2019).

Os grupos humanos constantemente manipulam o passado para atender a interesses contextuais (Pollak, 1989; Van Dyke & Alcock, 2008). Por esse motivo, o conhecimento produzido precisa ser crítico, propondo a seguinte reflexão: como a pessoa pesquisadora irá equilibrar essas distintas vozes sobre um passado comum?

Esse é o nosso estudo de caso, no qual existem três narrativas sobre o passado de Óbidos – indígena, africana e portuguesa – em disputa entre o lembrar e o esquecer.

Espera-se que as análises futuras das entrevistas permitam compreender a formação do território obidense por diferentes grupos sociais, além da identificação dos significados e narrativas atribuídos aos artefatos arqueológicos e, com isso, vislumbrar quais são os patrimônios obidenses e de que forma esses diferentes grupos gostariam de ver essas coisas (Miller, 2013) no MIOB. A partir desses dados, pretende-se ampliar as narrativas obidenses, agora plurais e, ao mesmo tempo, singulares, pois irão destacar os modos de vida, as histórias de resistência e resiliência das comunidades tradicionais da floresta frente à violência capitalista que os quer apagar desde os primórdios da colonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado anteriormente, os artefatos arqueológicos estão emaranhados (Hodder, 2012) em vários setores da vida pública e privada na cidade de Óbidos, sendo por vezes negados ou ignorados, como nas esferas oficiais representadas pelo Estado, que determinaram quais são os símbolos municipais (Estado do Pará, 2001) e excluíram a presença indígena e africana na constituição e manutenção daquele território. Porém, em outros momentos, esses artefatos são celebrados, lembrados e guardados com afeto, formando pequenas coleções domésticas (Bezerra, 2018), afinal eles “*são nossos [patrimônios]*¹⁹ *mesmo*²⁰” — como afirmou o professor Carlos Viera durante entrevista realizada em 2022.

Em Óbidos, é possível observar dois exemplos que confirmam os resultados apresentados por este artigo, ou seja, a existência de uma intencionalidade em apagar o protagonismo e a agência indígena e africana da historiografia da cidade. Esse processo influencia diretamente a forma como os obidenses se relacionam com seus patrimônios, como foi observado tanto na exposição de longa duração do MIOB quanto na negação da agência indígena nas fontes históricas locais e oficiais sobre a constituição da cidade.

Essa região do Baixo Amazonas ainda é pouco explorada pelos profissionais da arqueologia, entre outros agentes do patrimônio. Desde os trabalhos pioneiros de Lucena (1996), é somente na atualidade que novas pesquisas acadêmicas retornam os seus olhares, com mais atenção para a zona mais estreita do rio Amazonas, investigando as características morfológicas dos artefatos (Alves, 2019, 2020; Gomes, 2022) e a sua relação com os povos do passado, compreendendo os modos de vida e padrões de assentamentos desses grupos em relação com o manejo e a ocupação do território em períodos distintos.

E é a partir de um novo movimento dentro da arqueologia brasileira, fruto do desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação pelo país (principalmente na região norte), além da formação interdisciplinar desses novos pesquisadores, incluindo cientistas indígenas, quilombolas, entre outros, que é possível pensar – ou melhor, repensar – as formas em que esses patrimônios são utilizados para contar histórias, para celebrar memórias e outros modos de vida.

A materialidade tem agência e os seres humanos sempre utilizaram os vestígios para manipular realidades do passado, do presente e do futuro (Van Dyke & Alcock, 2008). Óbidos continua sendo uma cidade

¹⁹ Inserção de palavras feita pelos autores para complementar a frase do colaborador Carlos Viera.

²⁰ Grifo nosso.

emblemática na Amazônia brasileira e possui enorme potencial investigativo, e é com esse convite às leitoras e leitores desse texto que finalizamos esse artigo.

AGRADECIMENTOS

Aos obidenses que tornam possível o desenvolvimento dessa pesquisa, à agência de fomento Capes – Demanda Social, ao Programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) por apoiarem e financiarem esse projeto de doutorado e de vida. E aos colegas pesquisadores, professores e discentes cientistas do patrimônio que tornam o processo de escrita mais leve e menos solitário.

REFERÊNCIAS

- Agassiz, L., & Agassiz, E. C. (2000). *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1048>>.
- Alves, M. L. (2019). *Objetos distribuídos do Baixo Amazonas: um estudo da cerâmica Konduri*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/D.71.2019-164008.
- Alves, M. L. (2020). Revisitando os alter egos: figuras sobrepostas na iconografia Konduri e sua relação com o xamanismo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(3). DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0105.
- Amaral, A. M. (2017). *Contextualização espacial, Histórica e Tecnológica dos Muiraquítas Amazônicos*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Arqueologia, Santarém.
- Amaral, A. M. (2018). A ecologia de assentamentos, interações sociais ameríndias e o contexto geográfico dos muiraquítas no baixo amazonas. *Cadernos Do LEPAARQ (UFPEL)*, 15(30), 121-141. DOI: 10.15210/lepaarq.v15i30.13816.
- Assunção, P. de (2004). *Negócios jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP.
- Agámez, C. Q., & Vasconcellos, C. de M. (2023). Museología decolonial y participativa en contexto latinoamericano: una experiencia desde la región del Darién en Colombia. Em Magalhães, F., Ferreira da Costa, L., Hernández, F. H., & Curcino, A. (coords). *Museología e Património*, vol. 9 (pp. 282-316). Leiria: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.ipleiria.pt/esecs/wp-content/uploads/sites/15/2023/08/Livro-Museología-Volume-9-2023-Final.pdf>>. [cons. 03 mai. 2025].
- Ayala, P. (2020). Arqueologías indígenas: una mirada desde el Sur. *Revista Do Museu De Arqueología E Etnología*, 34(34), 26-31. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.164055.
- Azevedo, I. M. (2002). *PUXIRUM: Memória dos Negros do Oeste do Pará* (1^a). Belém: Instituto de Artes do Pará, Impressão Gráfica Sagrada Família.
- Barata, M. (1915). *A antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico-econômico*. Belém: TYP da Livraria Gillet de Torres & Comp.
- Barros, M. J. B. (2023). *Oeste do Pará: Ocupação, território e município*. Rio de Janeiro: MC&G Editorial. Disponível em: <<https://mcegeditorial.com.br/wp-content/uploads/2023/08/MCEG-OP.pdf>>. [cons. 03 mai. 2025].
- Baena, A. L. M. (2004). *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

- Bedinelli, T. (2023). *A Amazônia descoloniza seu passado*. 26 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://sumaura.com/a-amazonia-descoloniza-seu-passado/>>. [cons. 18 jul. 2024].
- Bento Antas, M. N. do (2014). Museologia arqueológica participativa: um novo método para o estudo da comunicação. *Revista De Arqueologia*, 26(2), 255-265. DOI: 10.24885/sab.v26i2.392.
- Benjamin, W. (1996). *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense.
- Bezerra, M. (2013). Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista Arqueologia Pública*, 7(1), 107-122. DOI: 10.20396/rap.v7i1.8635674.
- Bezerra, M. (2017). *Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha.
- Bezerra, M. (2018). Artigo com Errata - Com os Cacos no Bolso: colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia Brasileira. *Revista Do Patrimônio*, 38, 85-99.
- Bezerra, M. (2023). Acervos-povoados: apontamentos a partir da arqueologia amazônica. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 12(24), 32-46. DOI: 10.26512/museologia.v12i24.49720.
- Bettendorff, J. F. (2010). *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/568038>>. [cons. 09 jun. 2024].
- Brulon, B. (2020). Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 28, 1-30. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e1.
- Bruno, C. (1999). Primeiro capítulo - a musealização da arqueologia. *Cadernos De Sociomuseologia*, 17(17). Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/357>>. [cons. 07 ago. 2024].
- Chambouleyron, R., Fischer, L., & Arenz, K. H. (2023). Land Use and Commodities: Amazonian Cocoa Production. Em Curry-Machado, J., Stubbs, J., Clarence-Smith, W. G., & Vos, J. (eds). *The Oxford Handbook of Commodity History* (pp. 427-454). Oxford: Oxford University Press. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780197502679.013.26.
- Cabral, M. P. (2016). Entre passado e presente: arqueologia e coletivos humanos na Amazônia. *Teoria E Sociedade*, 24(2), 76-91.
- Carvajal, G. de, Rojas A. de, & Acuña, C. (1941). *Descobrimento do rio das Amazonas: traduzidos e anotados por C. de Melo-Leitão*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Pôrto Alegre: Companhia Editora Nacional. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufri.br/bitstream/doc/287/1/203%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>. [cons. 12 mar. 2022].
- Chagas, F. P. das (2012) *A história de Óbidos*. Óbidos.
- Campos, L., Pérez-Balarezo, A., Rigotto, E., Jesus, H., Eremites de Oliveira, J., Castro Ossami de Moura, M., Melo Ramos, M. P. de, & Viana, S. A. (2023). Por uma arqueologia não colonialista: entrevista com Paulette Seteeyes. *Revista Habitus - Revista Do Instituto Goiano De Pré-História E Antropologia*, 21(1), 263-280. DOI: 10.18224/hab.v21i1.13333.
- Canto, Pe. S. A. (2012). *Crônicas Pauxis*. Óbidos: Editora e Artesanato Gráfico Tiagão.
- Canto, Pe. S. A. (2013). *Outras crônicas Pauxis*. Óbidos: Editora e Artesanato Gráfico Tiagão.
- Colwell, C. (2020). Arqueologia colaborativa não é o fim. *Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia*, 34(34), 41-47. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.163597.
- Derenji, J. d. S. (1997). *Cadernos de Arquitetura 1 – Óbidos*. Belém: Universidade Federal do Pará.
- Dias, E. (1982). “Quando será o basta?”, *O Fivela, Óbidos*. 1 de outubro de 1982.

- Estado do Pará - Prefeitura Municipal de Óbidos (2001). Lei nº 2.590 de 3 de junho de 1974. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos do Município de Óbidos e dá outras providências. *Símbolos Municipais*, Óbidos, Pará, pp. 3-11.
- Estado do Pará - Prefeitura Municipal de Óbidos (2001). Lei nº 3.149/97 de 28 de julho de 1997. Dispõe sobre as datas de Fundação de Óbidos, sua elevação às categorias de Vila e Cidade e dá outras providências. *Símbolos Municipais*, Óbidos, Pará, pp. 17-18.
- Fábio, F. G. (2019). *Judeus em Óbidos - PA: migração, história e ressignificação*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade, Óbidos.
- Faria, J. B. D. (1946). *A cerâmica da tribo Uaboí dos rios Trombetas e Jamundá: contribuição para o estudo da arqueologia pré-histórica do Baixo Amazonas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Filho, J. M. (2009) Grandes expedições à Amazônia brasileira: 1500 - 1930. São Paulo: Metavideo SP produção e comunicação LTDA.
- Filho, J. M. (2011). Grandes expedições à Amazônia brasileira: século XX. São Paulo: Metavideo SP produção e comunicação LTDA.
- Funes, E. A. (1995). *Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. Dissertação (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Funes, E. A. (2006). Nasci nas matas nunca tive senhor: histórias e memórias dos mocambos do Baixo Amazonas. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 6(1), 137-142. DOI: 10.20396/resgate.v6i7.8645536.
- Gaskell, G. (2015). Entrevistas individuais e grupais. Em Bauer, M. W., & Gaskell, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis: Editora Vozes.
- Gnecco, C. (2009). Crítica reflexiva, arqueología y comunidad. *Revista de Arqueología*, 22(2), 7-15. DOI: 10.24885/sab.v22i2.271
- Godinho, V., & Lindenberg, A. (2011). *Norte do Brasil: através do Amazonas, do Pará e do Maranhão*, vol. 159. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- Gomes, D. M. C. (2022). Images of transformation in the Lower Amazon and the performativity of Santarém and Konduri pottery. *Journal of Social Archaeology*, 22(1), 82-103. DOI: 10.1177/14696053211029759.
- Haber, A. (2017). *Al otro lado del vestigio: Políticas del conocimiento y arqueología indisciplinada*. Popayán: Universidad del Cauca.
- Hamilakis, Y. (2016). Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography. *World Archaeology*, 48(5), 678-682. DOI: 10.1080/00438243.2016.1209783.
- Harris, M. (2005). Nature makes them lazy: contested perceptions of place and knowledge in the lower Amazon floodplain of Brazil. *Conservation and Society*, 3(2), 461-478.
- Hartt, C. F. (1985). *Contribuições para a etnologia do Vale do Amazonas*. Rio de Janeiro: Archivos do Museu Nacional.
- Henrique, M. C. (2015). A perspectiva indígena das missões religiosas na Amazônia (Século XIX). *História Social*, 17(25), 133-156. DOI: 10.53000/hs.v17i25.1840.
- Heriarte, M. d. (1874). *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*. Vienna: Imprensa do Filho de Carlos Gerold.
- Hilbert, P. P. (1955). *A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná*, vol. 9. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará.
- Hodder, I. (2012). *Entangled: an archaeology of the relationships between humans and things*. Chichester: Wiley-Blackwell.

- Halbwachs, M. (2003). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Le Cointe, P. (1918) *A cultura do cacau na Amazônia*. Belém: Imprensa Official do Estado.
- Lima, L., Barreto, C., & Bettancourt, C. J. (2016). Novos olhares sobre as cerâmicas arqueológicas da Amazônia. Em Barreto, C., Lima, H. P., & Bettancourt, C. J. (orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese* (pp. 19-31). Belém: IPHAN, Ministério da Cultura.
- Lima, H. P. (2019). Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. *Revista Habitus - Revista Do Instituto Goiano De Pré-História E Antropologia*, 17(1), 25-38. DOI: 10.18224/hab.v17i1.7086.
- Lopes, R. C. d. S. (2015). As diversas ocupações da área portuária. Em Schaan, D. P., & Alves, D. T. (orgs.). *Um porto, muitas histórias: Arqueologia em Santarém* (pp. 135-143). Belém: Gráfica Supercores.
- Lopes, R. de A. (2021). Crônicas amazônicas e trocas indígenas: caminhos para uma arqueologia documental do Médio Solimões nos séculos XVI e XVII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 36, 162-188. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.163764.
- Lowenthal, D., Haddad, T. L., & Maluf, R. M. (2012). Como conhecemos o passado. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 17. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>>.
- Lucena, V. (1994). O Forte de Óbidos, uma unidade de defesa na conquista do Norte do Brasil: um projeto de pesquisa. *Revista de Arqueologia*, 8(2), 303-319. DOI: 10.24885/sab.v8i2.667.
- Lucena, V. (1996). *O Forte de Óbidos: uma visão arqueológica*. Dissertação (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em História, Recife.
- Mariano, M. C. P. (2017). *Dos vestígios arqueológicos às paisagens culturais: uma possibilidade analítica da paisagem a partir da cultura material*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Geografia e Cartografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Matos, A. A., Pereira, E., & Nascimento, H. F. (2013). *Inventário dos sítios arqueológicos nos municípios de Óbidos, Oriximiná, Juruti, Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Curuá*. Projeto de pesquisa concluído, 2012-2013. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- Meihy, J. C. S. B. (2005). *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola.
- Miller, D. (2013). *Trecos, troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Neto, J. M. B. (2023). A cultura do cacau no grão-pará oitocentista: uma notícia histórica. *Revista do Patrimônio Histórico do Pará*, 7(1), 27-49.
- Neves, E. G. (2015). A cidade de todos os tempos: Aos olhos da Arqueologia, Santarém pode ser considerada a povoação organizada mais antiga do Brasil. Na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, encontram-se o passado remoto e os dilemas atuais da grande floresta. *National Geographic*, [S. l.], 80-90. Disponível em: <www.academia.edu/18872303/Santar%C3%A9m_A_Cidade_de_Todos_os_Tempos>. [cons. 25 mai. 2025].
- Neves, E. G. (2022). *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história da Amazônia Central*. São Paulo: Editora UBU, Editora da USP.
- Nimuendajú, C. (2001). Excursões pela Amazônia. *Revista De Antropologia*, 44(2), 189-200. DOI: 10.1590/S0034-77012001000200007.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- Noronha, J. M. de (1862). *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província: Escripto na Villa de Barcellos pelo vigario geral do Rio Negro, o padre Dr. José Monteiro de Noronha, no ano de 1768*. Pará: Typ. de Santos & Irmãos. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7432>>. [cons. 15 jun. 2024].

- Panachuck, L. (2016). Cerâmicas Pocó e Konduri no Baixo Amazonas. Em Barreto, C., Lima, H. P., & Bettancourt, C. J. (orgs.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. (pp. 279-301). Belém: IPHAN, Ministério da Cultura.
- Penna, D. F. (1973). *Coleção Cultura Paraense*. Série Inácio Moura: Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna (pp. 149–160). Conselho Estadual de Cultura. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/obras-completas-de-domingos-soares-ferreira-penna/>>.
- Pereira, E. (2010). Arte rupestre e cultura material na Amazônia brasileira. Em Pereira, E., & V. Guapindaia (orgs.). *Arqueologia Amazônica*, vol. 1 (pp. 259-283). Museu Paraense Emílio Goeldi, IPHAN, SECULT.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Porro, A. (1992). *As crônicas do rio Amazonas: Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Portal Amazônia (2021). *Expedição Pedro Teixeira em Óbidos: A cidade mais portuguesa da Amazônia*. 20 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/navegador-da-amazonia/expedicao-pedro-teixeira-em-obidos-a-cidade-mais-portuguesa-da-amazonia/>>. [cons. 23 fev. 2022].
- Portal Amazônia (2022). Reportagem feita por Clarissa Bacellar em fevereiro de 2022. Disponível em: <www.portalamazonia.com/navegador-da-amazonia/expedicao-pedro-teixeira-em-obidos-a-cidade-mais-portuguesa-da-amazonia/>. [cons. 23 fev. 2022].
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Peru Indígena*, 13(29), 11-20.
- Quijano, A. (2019). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *Espacio Abierto*, 28(1), 255-301.
- Quintero, P., Figueira, P., & Elizalde, P. C. (2019). *Uma breve história dos estudos decoloniais*. MASP afterall.
- Quintero Agámez, C. Q., & Vasconcellos, C. M. (2023). Museología decolonial y participativa en contexto latinoamericano: una experiencia desde la región del Darién en Colombia. Em Magalhães, F., da Costa, L. F., & Curcino, A. (orgs.). *Museologia e Património*, vol. 9 (pp. 282-316). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, Museu de Arqueología e Etnología, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.ipleiria.pt/esecs/wp-content/uploads/sites/15/2023/08/Livro-Museologia-Volume-9-2023-Final.pdf>>.
- Reis, A. C. F. (1979). *História de Óbidos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A.
- Ribeiro, D. L. (2014). A musealização da arqueologia: um estudo dos museus de arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. *Revista De Arqueologia*, 26(2), 96-114. DOI: 10.24885/sab.v26i2.383.
- Romero, Z. M., Botelho, A. C. de C., & Marques, I. A. da C. (2017). “Terra sem gente para gente sem terra”: a migração paranaense para a Amazônia durante a ditadura civil-militar (1964-1985). *Anais do 8º Congresso Internacional de História* (p. 3649). Universidade Estadual de Maringá. DOI: 10.4025/8cih.pphuem.3649.
- Said, E. W. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, S. F. D. (2019). *Memórias e esquecimentos na “Fazenda Velha”: o sítio arqueológico-histórico Engenho do Murutucu*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de pós-graduação em Antropologia, Belém.
- Schaan, D. P., & Alves, D. T. (orgs.) (2015). *Um porto, muitas histórias: Arqueologia em Santarém*. Belém: Gráfica Supercores.
- Schakel, P. A. (2008). Memory studies in historical archeology. *The SAA Archaeological Record*, 8(3), 10-12.
- Scopelly, C. (2016). *Literatura Brasileira: Quinhentismo*. Ebook Kindle.
- Silva, F. A. (2022). Arqueologia e narrativas indígenas colonialismo interno e histórias dos asurini do xingu. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 20(2), 456-476. DOI: 10.18224/hab.v20i2.12690.

- Silva, M. A. (2022). As comunidades ribeirinhas convidam para colaboração no médio rio solimões - amazônia: por uma arqueologia parente. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 20(2), 401-424. DOI: 10.18224/hab.v20i2.12734.
- Sousa Santos, B. (2011). Épistémologies du Sud. *Études rurales*, 187(1), 21-49. DOI: 10.4000/etudesrurales.9351.
- Tapuia, E. P. C. M. (2025). Direito à memória: construção de novas narrativas sobre a experiência tapuia do carretão (GO). *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 22(2), 319. DOI: 10.18224/hab.v22i2.14967.
- Van Dyke, R. M., & Alcock, S. E. (eds.). (2003). *Archaeologies of memory*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- Vieira, C. A. S. (2013). *História de Óbidos: Sociedade, política, cultura e economia*. Óbidos: Gráfica e Editora União LTDA - CDD 920.
- Zeron, C. A. de M. R. (2011). *Linha de fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: EDUSP.

